

Trajétória alternativa: mulheres quilombolas explorando o PROINQ

Maria Aparecida Rezende¹
Cynthia Cristina do Nascimento²

RESUMO

Este artigo tem como objetivo refletir a respeito de alguns aspectos que corroboram o afastamento das mulheres quilombolas participantes do Programa de Inclusão de Estudantes Quilombolas (PROINQ) da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Para isso, abordam-se as implicações da colonialidade no sistema educacional. Embora, tenham ocorrido modificações, ao longo do tempo, a pedagogia dominante ainda é marcada por práticas excludentes e conservadoras que perpetuam a colonialidade. Trata-se de um estudo qualitativo, baseado em pesquisa bibliográfica substanciada em Quijano (2005), Gomes (2011), Lugones (2014), dentre outros, e documental baseada em relatórios institucionais. Como resultado, espera-se que este estudo desencadeie um debate significativo em torno das questões que afetam a trajetória das mulheres quilombolas, no ensino superior, contribuindo para um olhar sensível às necessidades desse grupo e a reconfiguração de práticas e políticas educacionais.

Palavras-chave: colonialidade; mulher quilombola; PROINQ.

¹Doutora em Educação. Professora do Departamento de Teorias e Fundamentos da Educação/IE, Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Área:- Educação sob o enfoque em Educação Indígena; Educação Escolar Indígena; EaD; PIBID em EaD. Grupo de Pesquisa em Movimentos Sociais e Educação do Programa de Pós-Graduação da UFMT. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8194-2443>. E-mail: rezemelo@gmail.com

² Mestranda em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), do Programa de Pós-Graduação em Educação. Integrante do Grupo de Pesquisa em Movimentos Sociais e Educação. Assistente Social da UFMT. OCID.: <https://orcid.org/0000-0002-5211-606X>. E-mail: cynthia.nascimento@ufmt.br

Alternative trajectory: quilombola woman exploring PROINQ

ABSTRACT

This article aims to reflect on some aspects related to the removal of Quilombola women participating in the Quilombola Inclusion Program (PROINQ) at the university. For this, we approach the implications of coloniality in the educational system. This is a qualitative study, based on bibliographical research substantiated in Quijano (2005), Gomes (2011), Lugones (2014) among others, and documentary research based on institutional reports. As a result, this study is expected to trigger a significant debate around the issues that affect the trajectory of Quilombola women in higher education, contributing to a sensitive look at the needs of this group and the reconfiguration of educational practices and policies.

Keywords: coloniality; quilombola Woman; PROINQ.

Trayectoria alternativa: mujer quilombola explorando PROINQ

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo reflexionar sobre algunos aspectos relacionados con el alejamiento de las mujeres quilombolas participantes del Programa de Inclusión Quilombola (PROINQ) en la universidad. Para ello, abordamos las implicaciones de la colonialidad en el sistema educativo. Se trata de un estudio cualitativo, basado en investigación bibliográfica fundamentada en Quijano (2005), Gomes (2011), Lugones (2014) entre otros, e investigación documental basada en informes institucionales. Como resultado, se espera que este estudio desencadene un debate significativo en torno a las cuestiones que inciden en la trayectoria de las mujeres quilombolas en la educación superior, contribuyendo a una mirada sensible a las

necesidades de este grupo y a la reconfiguración de las prácticas y políticas educativas.

Palabras clave: colonialidade; mujer quilombola; PROINQ.

INTRODUÇÃO

A colonialidade tem sido um dos temas centrais nos debates contemporâneos em educação, motivado pelo fato de o conhecimento hegemônico ocidental ter sido incorporado, gradativamente, introjetando valores e práticas para controlar os povos colonizados. Embora tenham ocorrido modificações, ao longo do tempo, a pedagogia dominante ainda é marcada por práticas excludentes e conservadoras que perpetuam a colonialidade. Mesmo com esforços contrários, ainda há muito a ser feito para compreender os reflexos da colonialidade presentes nas práticas educacionais. É necessário compreender a tessitura de causa e efeito no desenvolvimento das práticas e vivências educacionais de grupos historicamente marginalizados.

Nesse contexto, o objetivo principal deste artigo é refletir sobre alguns aspectos que corroboram o afastamento das mulheres quilombolas participantes do Programa de Inclusão de Estudantes Quilombolas (PROINQ) da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa de cunho qualitativo, que teve como instrumento para geração de dados a pesquisa documental, por meio do acesso aos relatórios institucionais produzidos sobre o Programa. Apoiou-se, teoricamente, na contribuição das epistemologias decoloniais e do feminismo negro.

Tendo em vista as especificidades desse grupo, é importante problematizar e explorar sob quais condições têm se materializado o acesso e a permanência dessas mulheres quilombolas, desde o início da trajetória acadêmica até a atualidade, tendo como *locus* da pesquisa o Campus Cuiabá.

Na seção seguinte, será realizada uma breve discussão sobre a colonialidade e suas implicações na educação superior. Na segunda seção, abordamos as contribuições das epistemologias decoloniais e do feminismo negro, na compreensão das experiências das mulheres

quilombolas à luz de suas identidades múltiplas, confrontando a colonialidade e as estruturas opressivas presentes na educação superior. Posteriormente, será realizada a contextualização do Programa, seguida de uma reflexão sobre elementos que corroboram o afastamento das mulheres quilombolas da universidade, a partir da análise de relatórios institucionais produzidos sobre o Programa.

Escrevendo o passado para entender o presente

Os efeitos dos processos de dominação vividos, no período colonial, ainda podem ser sentidos na contemporaneidade. Eles demonstram a continuidade das estruturas de poder e opressão pelos mecanismos do sistema-mundo capitalista colonial-moderno. Esse processo, segundo Quijano (2005), trata-se de uma matriz de poder baseada na ideia de superioridade dos colonizadores sobre a cultura dos povos colonizados, que transcende o colonialismo histórico e mobiliza o conceito de raça, para justificar um projeto político de nação pela exploração e subordinação desses povos.

Na educação superior, a colonialidade está inserida estruturalmente nas pedagogias dominantes, ou seja, nas formas como o conhecimento é produzido, transmitido e avaliado. Isso se reflete em uma série de práticas que excluem e marginalizam determinados grupos.

As relações sociais se configuram historicamente pelos padrões de dominação. Quijano (2005) destaca que raça é um critério elementar para a distribuição da população mundial, nos níveis, lugares e papéis, na estrutura de poder da sociedade, bem como no acesso a recursos e oportunidades. Nesse sentido, é possível dialogar com Quijano ante a afirmação de Almeida (2019) de que a raça é um elemento essencialmente político, sendo sua constituição diretamente ligada a processos históricos e políticos que resultaram em discriminação sistemática de grupos racialmente identificados.

Essa compreensão é fundamental para analisarmos como a colonialidade se inscreve, de forma estrutural, nas pedagogias dominantes e produz diferentes modos de exclusão, no contexto da educação superior, uma vez que a raça é um dos elementos que compõe as relações sociais e de poder nesse ambiente. A

invisibilização dos corpos negros, de suas memórias, ancestralidades e territorialidades são formas de exclusão produzidas pela colonialidade e pela racialização da população negra.

As práticas discriminatórias marcam a história da população negra e o racismo segue se metamorfoseando, ao longo do tempo. Estudos de Moore (2007) contribuem para a compreensão da constituição do racismo e a construção das bases da relação racial contemporânea. A fim de exemplificar, o autor traz as sociedades greco-romanas que, alicerçadas nas diferenças entre os seres humanos, seguiram uma visão raciológica determinada, a partir da anatomia, fenótipo e da personalidade humana.

O autor salienta, ainda, que o racismo não foi contido pela evolução do conhecimento e desenvolvimento da humanidade, mas utilizou-se de argumentos pseudocientíficos e da comparação racial, para justificar o processo de escravização e dominação. Além disso, o autor destaca que tal violência é perpetuada pela sociedade, por meio de instituições, práticas culturais e sociais. Argumenta, ainda, que a educação acaba por reproduzir e sustentar o racismo por estereótipos, preconceitos e na falta de representatividade nos espaços educacionais.

Nesse contexto, no tocante às identidades de gênero, Moore (2007) assinala que as noções de masculinidade e feminilidade foram criadas e estereotipadas na sociedade, de forma a justificar a subordinação das mulheres e como foram, frequentemente, comparadas a animais, ou agrupadas em categorias, como forma de controle e opressão. Além disso, assegura que a política de miscigenação foi um grande crime contra a mulher. Outro ponto importante destacado é o de que o racismo e o sexismo são universais, sendo dinâmicas determinadas e construídas historicamente, persistindo na consciência contemporânea, de forma simbólica e atemporal.

Em vista disso, as produções das teorias científicas racialistas, conforme Todorov (1993) elucida em sua obra, ampliam o espaço geo-histórico do racismo, à medida que a ideologia da hierarquização das raças é legitimada pelas ciências. Elas foram amparadas por um conjunto de doutrinas que buscavam justificar a naturalização da

escravidão e situam o Eu e o Outro, a partir de categorias valorativas e/ou depreciativas.

Ademais, Todorov (1993) apresenta uma distinção entre o racismo, um comportamento antigo de extensão universal, e o racialismo, um movimento de doutrinas. Ambas as dimensões corroboram a manutenção dos processos discriminatórios. Além disso, discursos ideológicos também estão presentes na história da população negra, no contexto brasileiro. As reflexões trazidas por Telles (2003) são importantes para compreendermos a formação racial do país e como os estereótipos nacionais, no contexto pós-abolição, foram utilizados para encobrir o racismo. Embora as populações negra, indígena e mestiça fossem vistas como um fator de degradação nacional, a ideia de "democracia racial" - elaborada no século XX - sugeria uma suposta harmonia entre as raças. No entanto, o objetivo real era alcançar o branqueamento da população. É interessante perceber como essas tendências teóricas são utilizadas politicamente na estruturação do pensamento social brasileiro.

Os estudos das relações raciais passaram a ser campo de interesse acadêmico e a discussão sobre discriminação racial foi entrelaçada à desigualdade social. As diferentes correntes de pensamento que caracterizam a forma como se exerce o preconceito racial no Brasil foram abordadas por Osório (2008), que as sistematiza em três ondas, compostas por teóricos, como: Gilberto Freyre (1994), Donald Pierson (1945), Florestan Fernandes (1965) Oracy Nogueira (1998) e Fernando Henrique Cardoso (2000), dentre outros. Osório demonstra os elementos que interagem nas diferentes correntes de pensamento para a manutenção do racismo na sociedade moderna de classe.

No período pós-escravidão, a ideologia de branqueamento do século XIX visava alcançar a pureza étnica, por meio da miscigenação racial. Essa ideologia era baseada em práticas racistas, segregacionistas e etnocêntricas. A presença da população negra no Brasil foi, assim, marcada por dificuldades para sua cidadanização e assimetrias que a privaram de condições materiais, culturais e simbólicas para competir com os demais. Isso deixou essa parcela da sociedade excluída do processo de desenvolvimento do país.

As teorias raciais, a política de incentivo à imigração e o processo de mestiçagem/branqueamento do povo brasileiro seguem fundamentos ontológicos da racialização, assinalados pela herança do colonialismo e do mito da democracia racial. A população negra foi e, por vezes, é violada, não contando com apoio de políticas públicas, ao mesmo tempo em que o racismo, segundo Moore (2007, p. 284), “[...]blinda os privilégios dos segmentos hegemônicos [...]” e cria processos sistêmicos de estigmatização e subalternidade.

Muitas foram as formas de resistência que a população negra adotou na luta pela manutenção da sua identidade e história. Diferentes estratégias aparecem na organização histórica dessa população, dentre elas, os quilombos e, posteriormente, as múltiplas expressões do Movimento Negro. Os quilombos, segundo Munanga (2019), são importantes territórios de contraposição às opressões, não só um espaço de refúgio e resistência, mas um novo sistema social com seus próprios modos de ser e viver.

Beatriz Nascimento, figura importante no movimento negro brasileiro, apontava em sua trajetória e pensamento outros aspectos da resistência quilombola, no final dos anos 1970. Ela destacou como as lideranças negras representavam o quilombo de diferentes maneiras, com novas conotações, que se deslocavam para a formação de favelas, escolas de samba e organizações do movimento negro, de modo que tomou novas formas, conforme o contexto em que se emergem (RATTS, 2007).

O racismo faz parte de uma ideologia assentada na base de fundação do Brasil, durante o período colonial, constituindo uma estrutura de poder, consolidando, ao longo da história do país, o lugar de privilégio da branquitude mantida e reforçada pela ideologia e práticas do racismo. Essa barreira impede a superação das desigualdades, perpetuando a opressão e a exploração de determinados grupos sociais, em especial da população negra. Nesta esteira, Hassenbalg (1982) assinala que as desigualdades raciais são resultado de um sistema estrutural que perpetua a exclusão e a marginalização da população negra. Essa estrutura assimétrica de oportunidades sociais é resultado da história de opressão e exploração que marcou o processo de constituição do país e que se mantém até os dias de hoje. Isso posto, podemos compreender que

as formulações sociais contribuem para a reprodução do racismo na sociedade, o que reforça a importância de combatê-las, por meio de políticas públicas e ações afirmativas.

Nesse mesmo sentido, Beatriz Nascimento (1976) assevera que o privilégio racial promove a exclusão e a marginalização da população negra em diversos aspectos da vida social:

O critério racial constitui-se num desses mecanismos de seleção, fazendo com que as pessoas negras sejam relegadas aos lugares mais baixos da hierarquia, através da discriminação. O efeito continuado da discriminação feita pelo branco tem também como consequência a internalização pelo grupo negro dos lugares inferiores que lhes são atribuídos. (NASCIMENTO, 1976, *apud* RATTIS, 2007, p. 104)

Fazemos parte de um constructo social, no qual a população negra é estereotipada cotidianamente e seus modos de vida constantemente negados, além da persistência de discursos ancorados na democracia racial. O mito da democracia racial desconsidera a complexidade com que o racismo se comporta na sociedade. Essas concepções têm sido perpetuadas, ao longo do tempo, por diversas formas de comunicação e instituições. O efeito psicológico da discriminação pode ser a introjeção da ideia de inferioridade, o que reforça a estrutura de poder que perpetua a opressão racial sobre as pessoas negras.

A reflexão de Beatriz Nascimento (1976) de que a existência negra é historicamente marcada por “[...] quase quinhentos anos de resistência à dor, ao sofrimento físico e moral, à sensação de não existir” (NASCIMENTO, 1976, *apud* RATTIS, 2007, p. 39), é um importante contraponto ao mito da democracia racial que insiste em negar a existência de uma luta histórica contra o racismo no país. A resistência negra, segundo a estudiosa, manifestou-se de diversas formas contra a escravização e opressões, sendo que uma delas foi a luta quilombola.

Compreendemos, então, nesse contexto, que estamos diante de um sistema normativo que objetifica corpos negros os quais

perpassam relações de poder e controle social. A mulher negra carrega marcas da negação e controle de sua subjetividade pelo legado escravagista e pelo patriarcalismo, entre outros modernos aparatos coloniais que subjagam essa parcela. Desse modo, a mulher racializada, além dos fatores citados, é obliterada em virtude do gênero. O lugar epistêmico de Beatriz Nascimento contribui, no tempo presente, para compreendermos os mecanismos que concebem as relações raciais no Brasil, considerando a maneira como o corpo das mulheres negras é submetido à condição de subalternidade. Segundo a autora,

[...] se a mulher negra hoje permanece ocupando empregos similares aos que ocupava na sociedade colonial, é tanto devido ao fato de ser uma mulher da raça negra, como por terem sido escravos seus antepassados (NASCIMENTO, 1976, *apud* RATTIS, 2007, p. 104).

Sobretudo, o mercado de trabalho é a reprodução da desigualdade étnico-racial, permeada pelo vestígio da escravização, posto que obstaculizam, ainda hoje, a mobilidade social por parte desse grupo.

Outrossim, Grada Kilomba (2019) destaca a dissociabilidade entre inteligência e negritude, para ressaltar como essas categorias são frequentemente percebidas como contraditórias. Essa concepção racista propaga estereótipos e nega a plena humanidade das pessoas negras. Podemos inferir, portanto, que, por um longo período, houve um apagamento da presença da mulher negra na historiografia da população negra, embora tenha se constituído como vetor de avanço para a comunidade, contra o racismo e pelo bem viver. Contudo, hoje, depois do ingresso das mulheres racializadas na academia, isso vem sendo alterado gradativamente. Corpos que antes não importavam, atualmente são colocados em pauta, por meio de pesquisas.

Os processos organizativos de mulheres negras surgem como expressões coletivas de mobilização política, impulsionadas por demandas específicas. Dentro desses movimentos, muitas foram as ativistas que tiveram protagonismo, e que, com suas trajetórias,

contribuíram para desenvolvimento e desdobramento do Feminismo Negro brasileiro.

Perspectivas decoloniais e feminismo negro: uma abordagem interseccional na pesquisa

O Feminismo Negro, segundo Ramos (2022, p. 154), pode ser entendido como “[...] um quilombo feminino que utiliza estratégias políticas e sociais para sobreviver, resistir e emancipar esse grupo social que foi e é atravessado por diversas opressões.” Portanto, o Feminismo Negro contribui como abordagem teórica que busca amplificar a representatividade e a experiência das mulheres negras, ao mesmo tempo em que busca expor e combater os atravessamentos que esses corpos sofrem. O autor negrita que o movimento feminista negro, de modo geral, foi estruturado, a partir da concepção interseccional, mesmo antes de o conceito ter sido estruturado. É uma perspectiva interseccional, por natureza, que reconhece a interconexão entre raça, gênero, classe, entre outras opressões. Foi, na década de 80, que estudiosas negras brasileiras, como Sueli Carneiro, Lélia Gonzalez, dentre outras, anunciaram a articulação dessas categorias. Ocuparam-se da militância e do investimento intelectual na descolonização do conhecimento, sendo referenciadas pelas experiências de mulheres negras e suas lutas por emancipação.

O termo foi cunhado pela pesquisadora e ativista norte-americana Kimberlé Crenshaw, a partir de litígios legais que envolviam mulheres negras, confrontando a complexidade das opressões que enfrentavam. O conceito emerge como uma lente que nos ajuda a entender que as pessoas podem ser afetadas por diferentes tipos de opressões, ao mesmo tempo. Crenshaw (2004), destaca que essas formas de discriminação estão interligadas e não podem ser vistas isoladamente.

Para Patrícia Hill Collins (2017), a interseccionalidade emerge como uma abordagem intrinsecamente ligada às lutas por justiça social, enraizada nas experiências e preocupações dos movimentos sociais que operam fora das estruturas de poder institucionais. Essa perspectiva não visa alcançar uma verdade objetiva, mas, em vez

disso, é construída como uma ferramenta para promover a justiça social (COLLINS, 2017).

Segundo Carla Akotirene (2019), as mulheres negras são sobrepostas a discriminações, a condicionantes sócio-históricas, como o racismo, o capitalismo e o cisheteropatriarcado, que contribuem para mantê-las fora do mercado de trabalho. Tais dimensões, historicamente construídas e ancoradas nas categorias gênero e raça, são importantes marcadores sociais que atravessam a trajetória pessoal e coletiva das mulheres negras. A autora sinaliza que “[...] a interseccionalidade visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural” diante dos modernos aparatos coloniais (AKOTIRENE, 2019, p. 14).

A concepção da interseccionalidade, por sua vez, tem suas raízes no movimento de mulheres negras, posteriormente, adentrando o ambiente acadêmico. Ramos (2022) enfatiza a importância do ingresso das mulheres racializadas, na educação superior e na pós-graduação, como um passo essencial para consolidar o conceito. Isso ocorreu porque o conhecimento produzido no interior do movimento feminista negro passou a receber validação, no contexto acadêmico, promovendo uma compreensão mais aprofundada das opressões interligadas que afetam as mulheres negras e outros grupos marginalizados (RAMOS, 2022).

Posto isso, a interseccionalidade é uma relevante ferramenta analítica e política para compreender as múltiplas opressões sofridas pelas mulheres negras e quilombolas. Tanto o Feminismo Negro quanto o Feminismo Decolonial proposto por Maria Lugones, dialogam com essa abordagem, ao confrontarem as estruturas de poder estabelecidas pelo colonialismo. Lugones (2014), propõe uma ruptura com os modelos coloniais de pensamento e reivindica a valorização do conhecimento de mulheres não brancas e colonizadas. Ao introduzir o conceito de colonialidade do gênero, ela explora como as mulheres são subjugadas e oprimidas, não apenas em virtude de sua identidade de gênero, mas também por sua raça, classe social e contexto histórico-colonial. Destaca, ainda, como essa estrutura de poder está extensamente enraizada nas relações sociais.

Ao adotarmos a perspectiva decolonial do feminismo, entendemos que a luta das mulheres quilombolas, por sua vez, dialoga tanto com o Feminismo Negro e quanto com o Decolonial. Essa conexão se relaciona com a interseccionalidade das opressões e valorização das experiências dessas mulheres, ao mesmo tempo em que desafia as estruturas de poder colonial pela garantia da existência e permanência de seus quilombos e cultura.

É crucial que nos detenhamos na permanência das violências simbólicas contra as mulheres negras quilombolas, mesmo na atualidade. A concepção de inferioridade e a exclusão das referências culturais negras ainda são muito arraigadas na sociedade, o que gera barreiras para a participação delas em espaços públicos e acadêmicos. A questão sobre mérito é constantemente usada para legitimar a ausência de pessoas negras e quilombolas em espaços de poder, validando o racismo presente no imaginário social. Isso contribui para a manutenção da exclusão e cerceamento simbólico do lugar em que as mulheres negras estão aptas a ocupar, mas têm tal direito obliterado.

Tem sido pauta constante do Movimento Negro a luta pela garantia do acesso à educação, uma vez que, ao longo da história, a população negra foi alvo de um processo de exclusão desse direito. Nesse sentido, Iolanda de Oliveira e Mônica Sacramento (2010) acentuam como a obliteração de tal acesso contava com impedimento legal. Essas desigualdades persistem, na atualidade, no entanto, a implantação de ações afirmativas tem, em certa medida, contribuído para democratização do acesso à educação, com viés da reparação histórica das desigualdades raciais no país.

A luta das mulheres quilombolas também está conectada a essa temática. Elas desenvolvem estratégias de preservação da cultura e são responsáveis por transmitir os valores sociais, políticos, religiosos, culturais, medicinais e educacionais do quilombo entre as gerações (DEALDINA, 2020). A garantia de acesso à educação é um recurso para fortalecer a identidade quilombola, valorizar o conhecimento ancestral e combater a exclusão educacional imposta a esses coletivos.

Logo, tanto o Movimento Negro, na busca pela democratização do acesso à educação quanto a luta das mulheres

quilombolas pela preservação cultural estão empenhados contra as desigualdades raciais. Ambos os movimentos buscam descolonizar o sistema educacional, interditando as estruturas de exclusão.

A questão que se coloca é a necessidade de superar os padrões hegemônicos ainda presentes nos espaços educacionais da educação brasileira. Esse cenário evidencia a permanência do racismo nas estruturas sociais e cognitivas, ressaltando a presença da colonialidade, de forma sistêmica. Além disso, ainda é comum encontrar materiais e práticas educacionais que desvalorizam, ou distorcem a história da população negra, o que mantém a representação subalternizada desse grupo. Insere-se nesse contexto para discussão a construção de uma pedagogia antirracista, a partir da Lei 10.639/03, cumprindo o importante papel, ao determinar a inclusão no currículo das redes de ensino da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. Esta medida indica uma resposta institucional para descolonizar currículos e práticas pedagógicas, conforme projeta outras possibilidades no âmbito educacional.

Conforme aborda a professora Doutora Bárbara Carine Soares Pinheiro (2022)³, a escola brasileira incute na comunidade estudantil racializada a origem escravagista, para fazer com que assimile o lugar ancestral de rebaixamento meritocrático e normalize, assim, o papel de subalternidade. São processos de violências cotidianas, pautadas em uma memória de limitação e de rebaixamento existencial, no tempo presente, incidindo nas possibilidades de construções subjetivas de altivez, principalmente no campo emancipatório coletivo da população negra.

Pensando o aspecto educacional, Eliane Cavalleiro (2000) assegura que a criança negra, no que se refere às relações étnicas estabelecidas no espaço da pré-escola e no ambiente familiar, é socializada para o silêncio e a submissão. Ademais, traz que a experiência escolar pode ser repleta de violências invisíveis com efeitos nos diversos campos da vida social do indivíduo. Esses pontos ressaltam a importância de os docentes adotarem uma perspectiva decolonial, em sua prática escolar e extraescolar, questionando a

³ Aula intitulada “Descolonizando noções de raça e gênero”, concedida ao canal Opará Saberes. Disponível em: [oparasaberes](#) | Instagram, Facebook | Linktree

ideia da 'história única', como colocada nas palavras de Freire (2018, p. 33) “[...] ‘expulsão’ do opressor de ‘dentro’ do oprimido”. Isso implica realizar um deslocamento que ajude a pensar a prática educativa em sua totalidade.

Nessa direção, a implementação de políticas de ações afirmativas precisa ser acompanhada por recursos pedagógicos, materiais e humanos. Ainda, precisam desafiar o sistema hegemônico para alcançar uma educação verdadeiramente antirracista e inclusiva.

A educação, como acesso à escolarização, é um requisito que possibilita, de certa maneira, a emancipação e a mobilidade social. Marcadores, como cor e gênero, podem influir na definição das oportunidades de acesso e permanência no sistema educacional, o que nos exige uma compreensão de que as questões étnico-raciais e de gênero são estruturais nas relações. Conforme destacado por Munanga (2019), o sistema educacional é um dos espaços em que a discriminação racial e de gênero são perpetuadas e reproduzidas, sendo preciso uma compreensão estrutural dessas questões para combatê-las, de forma efetiva.

Além disso, Lélia Gonzalez (1982) destaca outra realidade presente na sociedade brasileira: a existência de discriminação racial, mesmo quando mulheres negras alcançam altos níveis de escolarização e qualificação. Ela aponta que, apesar da capacitação dessas mulheres, a seleção racial ainda é um critério para a exclusão ou limitação de oportunidades. Como mencionado pela escritora Conceição Evaristo, em suas obras, as mulheres negras sempre foram vistas como um corpo sem mente. Esta afirmação demarca a persistência de preconceitos e estereótipos ainda presentes socialmente.

De mais a mais, a colonialidade se manifesta na educação superior, por meio de práticas e discursos que reforçam a superioridade do pensamento ocidental e branco, levando à exclusão de determinados grupos, nos currículos, o que resulta em reprodução de estereótipos e preconceitos. Nesse contexto, Grada Kilomba (2019) enfatiza que a universidade não é um espaço neutro, mas, sim, um local onde as relações de poder e hierarquias sociais são manifestadas de maneira evidente. Nesse ambiente, a reencenação do racismo é uma experiência cotidiana para as pessoas negras. Além

disso, pessoas negras enfrentam uma carga adicional, ao serem colocadas na posição de representantes de um grupo racial, o que cria um círculo duplo de inclusão e exclusão.

Mesmo com os avanços e políticas para acesso da população negra no sistema educacional, as mulheres quilombolas ainda continuam enfrentando barreiras materiais e simbólicas para conseguirem traçar trajetórias. A universidade, como apontado por Ana Luísa Cordeiro e Daniela Auad (2021), é historicamente demarcada como um “não lugar social” para as minorias, inclusive para as mulheres negras e quilombolas.

É crucial um debate sobre processos educacionais pluriversais que considerem as particularidades⁴ das mulheres negras quilombolas, em um contexto interseccional. Tal passo é fundamental para uma compreensão dos elementos interconectados que afetam o acesso e a permanência desse grupo na educação superior.

Para Iolanda de Oliveira e Mônica Sacramento (2010, p. 242), há certa unanimidade entre intelectuais que discutem políticas públicas, quando elas têm “[...] o propósito de reparar injustiças cometidas pela sociedade, contra determinados grupos colocados em situação de inferioridade.”

A presença de estudantes quilombolas viabiliza uma nova produção epistemológica, com corporeidades outras, por meio de suas experiências socioculturais e saberes tradicionais. É fundamental que a universidade reconheça a importância dessas vivências e saberes, como parte integrante do conhecimento, possibilitando, assim, uma reflexão crítica sobre sua própria relação com o conhecimento. As ações afirmativas, conforme aponta Nilma Lino Gomes (2011), trazem em si uma nova pedagogia, a “pedagogia da diversidade”, a qual produz saberes.

⁴ Embora as mulheres quilombolas sejam negras, possuem particularidades que precisam ser levadas em conta. Essas particularidades incluem aspectos culturais, sociais, econômicos e históricos, como sua história de resistência, territorialidade, suas condições socioeconômicas e seu importante papel na comunidade. Para respeitar e apoiar essas mulheres, é fundamental valorizar sua identidade e seu senso de pertencimento, considerar as desigualdades que enfrentam e buscar políticas públicas e ações afirmativas que assegurem seus direitos.

Do colonialismo à universidade: experiências de mulheres quilombolas na educação superior

Os movimentos sociais são produtores e articuladores dos saberes dos grupos não hegemônicos. O Movimento Negro brasileiro tem papel de educador, na medida em que produz saberes emancipatórios, propõe políticas de alternativas para a correção das desigualdades raciais e sistematiza conhecimentos sobre a questão racial. Por meio dele, têm-se construído importantes debates sobre a temática racial. Assim, ele foi um protagonista para que as ações afirmativas tomassem a amplitude na pauta sociopolítica do país (GOMES, 2019).

A implementação do PROINQ, na UFMT, é um exemplo de como pedagogias alternativas são resultados da mobilização de grupos sociais organizados que lutam pelos seus direitos e contra as desigualdades estruturais presentes na sociedade. As comunidades quilombolas de Mato Grosso, por meio do diálogo e da articulação com outros grupos sociais, reivindicaram a criação de uma política de ação afirmativa que assegurasse o acesso e a permanência dessas comunidades, no ensino superior.

A dimensão histórica dos fatos e atores envolvidos no processo de formulação e concretização do PROINQ é descrita pela professora Doutora Sonia Regina Lourenço, em seu trabalho publicado, em 2016, intitulado "Ações afirmativas para estudantes quilombolas". Ela evidencia as dificuldades enfrentadas pelos jovens estudantes das comunidades quilombolas para acessar o ensino superior, apesar da Lei de Cotas nº. 12.711.

Nessa esteira, evidenciam-se as contribuições de Nilma Lino Gomes (2011; 2017), ao asseverar que o acesso da população negra, hoje, no ambiente universitário, espaço de onde sempre esteve excluída, perfaz a afirmação de uma identidade insistentemente negada às corporeidades resistentes e insurgentes que ocupam lugares e relembram a dívida histórica da humanidade para com a população negra.

O PROINQ foi instituído pela Resolução CONSEPE nº. 101, de 26 de setembro de 2016:

Artigo 1º. Criar o Programa de Inclusão de Estudantes Quilombolas, do Estado de Mato Grosso, com a oferta de 100 vagas anuais, no âmbito da Universidade Federal de Mato Grosso, por um período de dez anos, a partir de 2017, com o objetivo de permitir a inclusão de estudantes quilombolas no Ensino Superior.

§ Único - A criação de sobrevagas, a cada ano, fica condicionada à garantia de permanência do estudante quilombola, financiado pelos programas específicos: PNAES Programa Nacional de Assistência Estudantil e Fundação Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE. (Universidade Federal de Mato Grosso, 2016, p. 1)

Embora o PROINQ represente um importante mecanismo para promover a inclusão de estudantes quilombolas no ambiente universitário e contribuir para a redução das desigualdades étnico-raciais no estado de Mato Grosso, infelizmente, recentemente, a publicação do edital para o segundo seletivo específico foi alvo de comentários carregados de racismo, evidenciando a persistência de preconceitos arraigados na sociedade⁵. Diante de uma conjuntura de permanente violação de direitos, a luta por uma educação inclusiva ainda é desafiadora.

Dessa forma, a emergência de pedagogias alternativas, antirracistas e decoloniais é uma maneira de resistir e lutar contra a imposição de um modelo de educação que perpetua a exclusão e o racismo estrutural. Isso possibilita que vozes e saberes reivindiquem espaço na construção de um outro modo de educação.

Em suas reflexões, Freire (2018) ressalta a importância de uma educação crítica que seja capaz de promover a emancipação humana e de se contrapor à epistemologia hegemônica. Ele nos propõe uma educação inscrita em práticas de liberdade, na qual conhecimentos e saberes de grupos, antes negligenciados e invisibilizados, tenham protagonismo. A busca pela emancipação étnico-racial é uma luta constante da população negra, especialmente do movimento

⁵ Notícias de Mato Grosso | Facebook

quilombola, que nem sempre tem suas especificidades contempladas nas políticas educacionais.

A UFMT tem sinalizado certa preocupação para atender às especificidades do estado, considerando as demandas apresentadas pela sociedade, desde o processo seletivo destinado aos indígenas pelo Programa de Inclusão de Estudantes Indígenas (PROIND) “Guerreiros da Caneta”, regulamentado pela Resolução CONSEPE Nº 82/2007⁶. A instituição em questão vem formulando políticas públicas com a finalidade de atender aqueles que pertencem às camadas menos favorecidas sócio-historicamente, desde 2011. Antes da aprovação da Lei nº 12.711/2012, a Resolução CONSEPE Nº 97/2011 é um exemplo do posicionamento da Universidade que formalizou a reserva de vagas (cotas) para estudantes egressos de escolas públicas e negros/as.

Para além das desigualdades econômicas e sociais, as questões de raça e gênero são aspectos interseccionais que também marcam as desigualdades de acesso à educação. Isso implica em considerar que pessoas quilombolas não são grupos hegemônicos, cada comunidade tem particularidades. Se considerarmos a concepção interseccional, teremos consciência de que há determinados grupos pertencentes às ditas minorias que, dados os diversos eixos de opressão que os atravessam, são mais vulneráveis. Essa afirmação nos direciona a pensar que as mulheres negras quilombolas têm particularidades, para além da raça, do gênero e da classe, e o fato de serem quilombolas, também as coloca à margem da sociedade.

Como apontado por Lélia Gonzalez (1982, p. 408), “[...] ser negra e mulher no Brasil, é ser objeto de tripla discriminação[...]”, mediante os estereótipos reforçados socialmente. Sua condição de quilombola é outro eixo de opressão, atuando em sua participação,

⁶UFMT. **Resolução CONSEPE N.º 82**, DE 12 DE SETEMBRO DE 2007. Dispõe sobre criação do Programa de Inclusão de Estudantes Indígenas “Guerreiros da Caneta” no âmbito da UFMT. Disponível em: <https://sistemas.ufmt.br/ufmt.resolucao/FrmConsultarResolucao.aspx?pageIndex=&txtCriterio=&txtNumero=82&txtAno=2007&tipoUID=>. Acesso 20 jan. 2023.

em diferentes espaços sociais, incluindo a educação e o mercado de trabalho.

Neste contexto, Nilma Lino Gomes (2011) destaca a importância da corporeidade como expressão da localização social do sujeito, uma vez que a sociedade impõe padrões estéticos e comportamentais que são assimilados ou contestados pelo indivíduo.

Consoante a compreensão fenomenológica do filósofo francês Merleau-Ponty (2006), o corpo é considerado nossa primeira via de acesso ao mundo, e, ante o exposto, entendemos que, em uma pedagogia alternativa, reconhecer as experiências corporais e as percepções que dela decorrem, contribui para tornar o processo educativo mais significativo e conectado com as vivências individuais.

Nesse sentido, Creusa Capalbo (2008), inspirada na fenomenologia existencialista de Merleau-Ponty, vem descortinar o que é esse corpo, afirmando:

O corpo é o meu próprio corpo, tal como o percebo, diz Merleau-Ponty. Ele é o 'movimento de ser no mundo', possibilidade que nós temos de inerência ao mundo, corpo não-dividido em suas dimensões voluntárias e involuntárias, conscientes e inconscientes, de herança recebida e de projeto que faz vir o ser à existência (CAPALBO, 2008, p. 139).

Vale dizer que esse corpo não é uma dimensão impessoal, pois é com ele que me inscrevo na relação com o mundo vivido, por mim e pelo outro e outra. É com ele que compreendo as experiências vividas

Isso significa compreender como as opressões afetam a relação dos sujeitos com seu corpo e identidade, abordagem que pode ser útil para a construção de uma postura antirracista e decolonial de resistência e afirmação do corpo negro.

Por conseguinte, Grada Kilomba (2019) assegura que o racismo nega às pessoas negras o direito à subjetividade plena. A autora enfatiza que as pessoas negras são constantemente

reduzidas a corpos, raças e histórias racializadas, sendo aprisionadas nessa tríplice identidade. Essa condição impõe sobre esse grupo a obrigação de serem eles "três vezes melhores" do que qualquer pessoa branca (KILOMBA, 2019).

Não podemos deixar de destacar que, ao repensar abordagens pedagógicas, buscando considerar a diversidade cultural, diante de uma perspectiva antirracista e decolonial, é preciso contemplar, também, a diversidade corpórea, valorizando e respeitando as diferentes formas de expressão e vivência do corpo.

Assim, "[...] a forma como negras reconhecem seus corpos e os utilizam como instrumento relacional com o outro e com o mundo tem sido um forte elemento de afirmação política da identidade negra." (GOMES, 2019, p.138).

No prefácio do livro "Mulheres quilombolas: territórios de existências negras femininas", Nilma Lino Gomes (2020) evidencia a importância da luta das mulheres quilombolas na construção de conhecimentos e da identidade quilombola. Essas mulheres, por meio de suas experiências cotidianas, compreendem a relevância do território e da terra para suas vidas e para a luta contra a opressão, o que se reflete na construção de saberes e práticas emancipatórias.

A valorização dos conhecimentos e vivências das mulheres quilombolas, na construção de uma educação antirracista e decolonial, torna-se ainda mais urgente, diante dos dados institucionais que indicam um afastamento⁷ significativo das estudantes no campus Cuiabá.

Os dados institucionais indicam que, do total de 38 mulheres que ingressaram na UFMT, campus Cuiabá, entre o segundo semestre de 2017 e o primeiro semestre de 2018, 05 chegaram à diplomação, 14 permanecem com matrícula ativa. Um número expressivo, cerca de 19 estudantes quilombolas participantes do Programa, que perfazem 50% do total, estão com matrícula trancada. Durante essa análise, identificamos diversos fatores que dificultam a sua

⁷O termo "afastamento" foi adotado por considerar um termo mais neutro do que "evasão", uma vez que este último implica em um abandono definitivo, enquanto o primeiro pode se referir a uma interrupção temporária dos estudos.

permanência, incluindo desafios na didática dos(as) professores(as), disparidades educacionais em relação ao Ensino Médio, adaptação à dinâmica de aprendizagem universitária, bem como questões de relacionamento com docentes e colegas, marcadas por individualismo, preconceito e indiferença em relação à diversidade. Além disso, questões como a falta de habilidades em informática e as condições socioeconômicas e familiares também foram identificadas como fatores influentes. Esses dados suscitam questionamentos, como: Quais serão os elementos que corroboram o afastamento? Será somente a ausência de condições materiais de permanência? Pode haver relação com a escolha dos cursos?

Diante dessas informações, a pesquisa de mestrado em curso, utiliza, como método de produção de dados, entrevistas, buscando aprofundar o conhecimento sobre a trajetória formativa universitária das mulheres quilombolas participantes do PROINQ e sob quais condições tem se materializado esse processo. Neste momento, vamos apresentar a situação de matrícula, iniciando, assim, um processo reflexivo sobre os elementos que contribuem para o afastamento nesse contexto.

As estudantes estão distribuídas, de forma pulverizada, nos cursos de graduação, o que evidencia a busca por uma ampla variedade de áreas de conhecimento. Identificamos um grupo de 14 que foram admitidas na UFMT, pelo primeiro processo seletivo do PROINQ e que mantiveram suas matrículas ativas para o período de 2022/2. As estudantes estão distribuídas em cursos das áreas de Ciências Exatas e da Terra, com 2 estudantes no curso de Matemática e 1 estudante no curso de Química; nas Ciências Sociais Aplicadas, com presença nos cursos de Direito, Comunicação Social, e Ciências Sociais. Além disso, a área de Ciências da Saúde é contemplada por estudantes nos cursos de Saúde Coletiva, Enfermagem e Ciência e Tecnologia de Alimentos. Também se fazem presentes nas áreas de Ciências Humanas, com representação nos cursos de Geografia, História e Psicologia, e, por fim, na área de Letras.

Os dados apresentados revelam uma situação preocupante em relação à permanência das estudantes quilombolas na universidade, o que nos leva a pensar se essas mulheres foram devidamente acolhidas institucional, social e academicamente.

Os relatórios institucionais não demonstram políticas públicas direcionadas às particularidades das mulheres quilombolas na universidade. O fato de 50% estarem afastadas reforça a perspectiva da presença de modernos aparatos coloniais, como o racismo e o sexismo, que atuam, de forma sistêmica, reproduzindo desigualdades estruturais.

É o que Grada Kilomba (2019, p. 174) caracteriza como “[...] esquema racial que é inscrito na pele e guia a experiência das pessoas negras no espaço”. Modo como o racismo opera, de forma visível e tangível, deixando marcas na vida das pessoas negras e moldando sua experiência no espaço social. Obstaculariza o processo de afirmação da identidade e a construção da corporeidade das mulheres quilombolas no espaço universitário.

Ao refletirmos sobre as áreas de vinculação das estudantes, é possível estabelecer uma conexão com as questões de identidade e representatividade, uma vez que a área de Ciências Humanas propicia um ambiente para discussões acerca das relações étnico-raciais. No entanto, por outro lado, é importante ponderarmos a atuação de estereótipos que associam as mulheres negras a áreas de atuação que envolvem cuidado.

Outro ponto presente nos dados institucionais são informações relacionadas ao prazo limite de integralização dos cursos e o indicador médio de integralização para estudantes quilombolas, na UFMT, sendo um fator importante a se considerar, quando se discute a permanência dessas estudantes na universidade. Nesse aspecto, é importante observarmos que as estudantes que ingressaram no primeiro processo seletivo de 2017/2, encontram-se em diferentes estágios da trajetória acadêmica. Considerando o período mínimo de 4 anos, o relatório aponta que estão entre os períodos mínimo e máximo de conclusão do curso.

Além dos aspectos mencionados, é importante considerar outro elemento que influencia a permanência delas, como a instabilidade financeira. Tendo em vista as constantes alterações empregadas pelo Ministério da Educação, em relação ao Programa de Bolsa Permanência para esse público, o que fragiliza e promove insegurança à continuidade das ações. Some-se tudo isso ao fato de desconsiderar questões interseccionais de tal grupo, e o

interrompimento da bolsa, após dois semestres do período mínimo de integralização curricular.

As reflexões apresentadas demonstram quão desafiador é resistir ao contexto estrutural existente. Todavia, é importante enfatizar que práticas pedagógicas alternativas são valiosas estratégias para se infiltrarem nas fissuras desse sistema e, por meio delas, criar espaços de resistência e ampliação de oportunidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, exploramos a persistência dos efeitos dos processos de dominação colonial, na contemporaneidade, especialmente no contexto educacional e nas relações raciais. A ideologia do branqueamento, enraizada na história do Brasil, continua a influenciar a estrutura de poder e a exclusão da população negra. No entanto, também destacamos as lutas históricas dessa população, representada pelos Quilombos e pelo Movimento Negro, que demonstram a resistência contra a opressão. Percebemos a importância das epistemologias decoloniais e do feminismo negro em nossa pesquisa. Essas perspectivas teóricas nos auxiliam a compreender as experiências das mulheres quilombolas, à luz de suas identidades múltiplas e a confrontar a persistência da colonialidade e das estruturas opressivas, no contexto da educação superior.

Buscamos desvendar as condições que moldaram o acesso e a permanência das estudantes em suas trajetórias acadêmicas. Apesar dos esforços iniciais do PROINQ para promover a inclusão quilombola, diversos desafios persistem. Isso inclui as dificuldades financeiras, a carência de políticas específicas de apoio, bem como os estereótipos e preconceitos que afetam sua experiência acadêmica. Este estudo possibilitou voltar nosso olhar para a realidade das mulheres quilombolas, no espaço universitário, considerando suas especificidades culturais e as estruturas que obstaculizam sua presença. É necessário o fortalecimento de políticas de apoio à sua permanência e ao acesso a recursos e oportunidades de desenvolvimento acadêmico, de forma a garantir que elas tenham condições materiais e institucionais de permanecer e concluir seus cursos.

Por fim, esperar, por meio da insurgência de pedagogias alternativas que ofereçam caminhos teóricos e estratégias metodológicas para ruptura dos padrões hegemônicos que oprimem e subjugam saberes e vivências negras e quilombolas. Assim, o PROINQ se destaca como uma importante ferramenta de enfrentamento às pedagogias dominantes, pelo reconhecimento dos direitos sociais e culturais das comunidades quilombolas, contribuindo para valorização e fortalecimento da sua presença no espaço universitário.

Referências

- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- ALMEIDA, Silvio Luiz. de. **Raça e Racismo**. In: ALMEIDA, Silvio L. de. *Racismo estrutural* São Paulo: Sueli Carneiro; Polén. **Feminismos Plurais**, 2019.
- CAPALBO, Creusa. **Fenomenologia e Ciências humanas**. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2008.
- CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. São Paulo: Contexto, 2000.
- COLLINS, Patrícia Hill. Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. **Parágrafo**: Revista Científica de Comunicação Social do FIAM-FAAM, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 6-17, 2017. Disponível em: <https://revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/article/view/559>. Acesso em 02 set.2023.
- CORDEIRO, Ana Luísa Alves; AUAD, Daniela. Estratégias de Resistência de Negras Cotistas Lésbicas e Bissexuais. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 29, n. 3, e82622, 2021.
- CRENSHAW, Kimberle Williams. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. In: VV.AA. **Cruzamento: raça e gênero**. Brasília: Unifem, 2004.

DEALDINA, Selma. dos Santos. (org.). **Mulheres quilombolas:** territórios de existências negras femininas. São Paulo: Jandaíra, Selo Sueli Carneiro, 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 65ª, ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.

GOMES, Nilma Lino. O movimento negro no Brasil: ausências, emergências e a produção dos saberes. **Política & Sociedade**, v. 10, n. 18, p. 133-154, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2011v10n18p133>. Acesso 23 mar. 2023.

GOMES, Nilma Lino. A compreensão da tensão regulação/emancipação do corpo e da corporeidade negra na reinvenção da resistência democrática. **Perseu: história, memória e política**, n. 17, p. 123- 142, 2019. Disponível em: <https://revistaperseu.fpabramo.org.br/index.php/revista-perseu/article/view/301>. Acesso 23 mar. 2023.

GOMES, Nilma Lino. Libertando-se das amarras: reflexões sobre gênero, raça e poder. **Currículo sem Fronteiras**, v. 19, n. 2, p. 609-627, 2019. Disponível em: <https://www.curriculosemfronteiras.org/vol19iss2articles/gomes.pdf>. Acesso 23 mar. 2023.

GONZALEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira. **O lugar da mulher: estudos sobre a condição feminina na sociedade atual**. Rio de Janeiro: Graal, p. 87-106, 1982. Disponível em: https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/direitos-humanos/direitos-das-mulheres/obras-digitalizadas/teorias_explicativas_da_violencia_contra_a_mulher/por_um_feminismo_afro-latino-americano_by_lelia_gonzalez_gonzalez_lelia_z-lib.org_.mobi_.pdf. Acesso 14 abr. 2023.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos A. **Lugar de Negro**. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero Limitada, 1982.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano**. Tradução Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LOURENÇO, Sonia Regina. Ações Afirmativas para Estudantes Quilombolas: o processo de criação do Programa de Inclusão de Estudantes Quilombolas (PROINQ) na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). **Campos - Revista de Antropologia**, [S.l.], v. 17, n. 2, p. 35-57, dez. 2016. ISSN 2317-6830. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/campos/article/view/56215>. Acesso em: 03mar. 2023. doi: <http://dx.doi.org/10.5380/cra.v17i2.56215>.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, v. 22, p. 935-952, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755>. Acesso em 14 abr. 2023.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

MOORE, Carlos. **Racismo e sociedade**: novas bases epistemológicas para entender o racismo. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Autêntica Editora, 2019.

OLIVEIRA, Iolanda de; SACRAMENTO, Mônica. Raça, currículo e práxis pedagógicos: relações raciais e educação – o diálogo teoria/prática na formação de profissionais do magistério. In: **Cadernos 8 PENESB**. Especial ERER – Periódico do programa de educação do negro na sociedade brasileira n. 12. FEUFF, Niterói: ALTERNATIVA/EdUFF, 2010, p. 205-279.

PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. DESCOLONIZANDO noções de raça e gênero nas ciências naturais e suas tecnologias. **Opará Saberes** 2022, (112 min). Disponível em: <https://linktr.ee/oparasaberes>. Acesso em 08 dezembro 2022.

QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. *En libro: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Edgardo Landier (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005. pp.227-278. Disponível em:

https://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf. Acesso em 13 maio 2023.

RAMOS, Celiomar Porfírio. Tese (Doutorado em Estudos Literários). **As múltiplas faces das mulheres negras: um olhar interseccional sobre as escrituras de Conceição Evaristo**. 2022. 289 f. Universidade do Estado de Mato Grosso, Tangará da Serra, 2022.

RATTS, Alex. Eu sou Atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: **Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, Instituto Kuanza**, 2006. Disponível em: <https://www.imprensaoficial.com.br/downloads/pdf/projetossociais/eusouatlantica.pdf>. Acesso em 18 jan.2023.

TELLES, Edward. **Racismo à brasileira**: uma perspectiva sociológica. Rio de Janeiro: Editora Relume Dumará, 2003. THEODORO, Mário (Org.). As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição. Brasília: Ipea, 2008.

TODOROV, Tzvetan. **Nós e os outros**: a reflexão francesa sobre a diversidade humana. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1993.

UFMT. **Resolução CONSEPE n° 101**, de 26 de setembro de 2016. Cria o programa de inclusão de estudantes quilombolas, do estado de Mato Grosso. Disponível em:

<https://sistemas.ufmt.br/ufmt.resolucao/FrmConsultarResolucao.aspx?pageIndex=&txtCritério=&txtNúmero=101&txtAno=2016&tipoUID=>. Acesso em 20 jan. 2023.

Recebido em: *Maio/ 2023*.

Aprovado em: *Agosto/ 2023*.